

A NECROPOLÍTICA DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DO PARANÁ

Recebido em: 14/08/2023

Aceito em: 13/09/2023

DOI: 10.25110/educere.v23i3.2023-007

Merielle Camilo¹
Marcos Cesar Danhoni Neves²
Belmiro Marcos Beloni³
Alessandra Dutra⁴

RESUMO: Este trabalho objetiva apresentar de forma crítica a implantação do modelo de escolas "cívico-militares", aqui tratadas como "necromilitares", devido à necropolítica adotada pelo governo emerso da eleição de 2018, imposto pelo Governo Federal e implantado com entusiasmo no Paraná. Utilizaram-se documentos oficiais produzidos pelos governos estadual e federal, que mistificam avanço tecnológico e curricular com discurso acríptico e pseudomoral, realizada juntamente à utilização do ensino remoto, com a pretensa aplicação das tecnologias educacionais enquanto avanço "inquestionável" das condições de aprendizagem, em ambiente de total desarticulação das condições de discussão coletiva, em face da pandemia de COVID-19, permeada pelo afunilamento da precarização do currículo, sob a égide da nova BNCC. Este ato de força tem uma face preocupantemente fascista e rememora as práticas educacionais do período da ditadura militar brasileira (1964-1985), com características de controle do corpo e comportamento dos estudantes, além de condicionamentos que remetem ao behaviorismo radical de Skinner. Nesse cenário, essas escolas exercem uma função necrotizante da educação, convertendo as possibilidades de educação libertadora e emancipatória em educação essencialmente necromilitar que advoga à submissão absoluta a valores contrários a liberdade, a criatividade e o livre arbítrio de alunos e professores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Básica; Militarismo; Necropolítica; Behaviorismo Radical.

THE NECROPOLITICS OF CIVIC-MILITARY SCHOOLS IN PARANÁ

ABSTRACT: This paper aims to critically present the implementation of the model of "civic-military" schools, here treated as "necromilitary", due to the necropolitics adopted by the government that emerged from the 2018 election, imposed by the Federal Government and implemented with enthusiasm in Paraná. official documents produced by the state and federal governments, which mystify technological and curricular advances with uncritical and pseudo-moral discourse, carried out together with the use of remote teaching, with the alleged application of educational technologies as an "unquestionable" advance of learning conditions, in an environment of total

¹ Doutoranda em Ensino de Ciência e Tecnologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Secretaria de Estado da Educação do Paraná. E-mail: merielle.camilo@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8606-9548>

² Doutor em Educação. Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: macedane@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5209-4158>

³ Doutorando em Ensino de Ciência e Tecnologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: belmirobeloni@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7120-8798>

⁴ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: dutralessandra@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5119-3752>

disarticulation of the conditions of collective discussion, in the face of the COVID-19 pandemic, permeated by the funneling of the precariousness of the curriculum, under the aegis of the new BNCC. This act of force has a worryingly fascist face and recalls the educational practices of the period of Brazilian military dictatorship (1964-1985), with characteristics of body control and makeup treatment of students, in addition to conditioning that refer to Skinner's radical behaviorism. In this scenario, these schools play a necrotizing role in education, converting the possibilities of liberating and emancipatory education into an essentially necromilitary education that advocates absolute submission to values contrary to freedom, creativity and the free will of students and teachers.

KEYWORDS: Elementary Education; Militarism; Necropolitics; Radical Behaviorism.

LA NECROPOLÍTICA DE LAS ESCUELAS CÍVICO-MILITARES EN PARANÁ

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo presentar críticamente la implementación del modelo de escuelas "cívico-militares", aquí tratadas como "necromilitares", debido a la necropolítica adoptada por el gobierno surgido de las elecciones de 2018, impuesta por el Gobierno Federal e implementada con entusiasmo. en Paraná se utilizan documentos oficiales producidos por los gobiernos estatal y federal, que mistifican los avances tecnológicos y curriculares con un discurso acrítico y pseudomoral, realizado junto al uso de la enseñanza a distancia, con la supuesta aplicación de las tecnologías educativas como "incuestionable " avance de las condiciones de aprendizaje, en un ambiente de desmantelamiento total de las condiciones de discusión colectiva, frente a la pandemia de la COVID-19, permeado por el estrechamiento de la precariedad del currículo, bajo la égida de la nueva BNCC. de la fuerza tiene un rostro preocupantemente fascista y recuerda las prácticas educativas del período de la dictadura militar brasileña (1964-1985), con características de control corporal y comportamiento estudiantil, además de condicionamientos que remiten al conductismo radical de Skinner. En este escenario, estas escuelas juegan un papel necrosante en la educación, convirtiendo las posibilidades de una educación liberadora y emancipadora en una educación esencialmente necromilitar que preconiza el sometimiento absoluto a valores contrarios a la libertad, la creatividad y el libre albedrío de alumnos y docentes.

PALABRAS CLAVE: Educación Básica; Militarismo; Necropolítica; Conductismo Radical.

INTRODUÇÃO

O Brasil com o Governo Bolsonaro (2019-2022) tem visto uma política que estimula a militarização de suas instituições, inclusive escolas. O Ministério da Educação lançou em 2019 as bases para os Estados implantarem escolas cívico-militares através da transformação das escolas civis democráticas nesse modelo que chamaremos de *Necromilitar*. Termo inspirado na teoria de Joseph-Achille Mbembe, filósofo camaronês, que desenvolveu o conceito de **Necropolítica** ao trabalhar a escravidão, descolonização, negritude e as políticas de Estado.

Mbembe faz uma análise política sobre a população negra e observa que o poder, além de controlar mentes e corpos dos cidadãos, leva à exclusão e morte parte da população que não é desejável, ou não importa para o sistema político estabelecido. Essa morte executa-se pela propositada falta de assistência social, educação sem qualidade que acaba por torná-los mão de obra não qualificada, por recursos médicos inexistentes, ou pela prática policial que extermina certos cidadãos em suas operações.

A fundamentação da teoria da *Necropolítica* se dá à partir de seus estudos sobre a *Biopolítica* de Michel Foucault e da *Banalidade do Mal* de Hannah Arendt, Carl Schmitt e Georges Bataille (MBEMBE, 2018). Porém, ele cria um novo conceito que vai além da biopolítica, que extermina corpos, mas na necropolítica se destrói também o Espírito Humano, que está concebido numa visão além da eurocentrista/ cristã, e pelo conceito de Heidegger em que a história e a cultura são o que dão protagonismo, autonomia, verdade, identidade e soberania ao indivíduo para poder *Ser* (*Dasein*) e não apenas *Sendo*, um simples estar no mundo. O *Ser* que nos diferencia do *Sendo*, o apenas estar no mundo sem dele pertencer ou participar. Ao reduzir a dignidade das pessoas, matando-lhes o Espírito Humano e colocando-as em um eterno estado letárgico, subjugado e "infringindo-lhes repetidamente incalculáveis golpes e feridas racistas, ao despoja-las de todos os direitos adquiridos, atirá-las para fora da colméia e desonrá-las" (MBEMBE, 2017, p. 95-96), faz com que o sentimento de pertencer ao grupo deixe de existir e com a destruição da autoestima se subjugam, escravizam e mata o indivíduo.

No Brasil observamos essa Necropolítica ao analisarmos a irresponsabilidade governamental sobre o controle da Pandemia de SARS-COVID 19, nas ações policiais em que negros são mortos ou presos sem motivos, mesmo sendo inocentes, pois a cor e a classe social os condena a indivíduos "suspeitos", e na política de facilitação ao acesso à armas para a população e não à medicamentos ou livros, na radicalização política, ou mesmo com as leis que ampliam o uso da prerrogativa de "autos de resistência" nos inquéritos sobre mortes causadas por policiais em suas operações.

Mbembe analisa que são criados no imaginário coletivo um "mundo da morte", com objetivo de devastar a mente das pessoas a tal ponto de elas se tornarem "mortos vivos" que acreditam que apenas a violência e a coerção repressora seriam a resposta (MBEMBE, 2018, p. 71). Nessa perspectiva observa-se o desmonte do sistema educacional em escala nacional, desde o Governo Temer (2016-2018) com a Reforma do Ensino Médio, em que foram reduzidos conteúdos, disciplinas quase desapareceram do currículo, e com estímulo ao ensino profissionalizante e desmotivação da população para

o Ensino Superior. Com o Governo Bolsonaro isso se agravou, com os cortes sucessivos de verbas para as universidades e educação básica, e ataques consecutivos aos professores feito pelos integrantes do alto escalão do governo.

Com essa política, a Educação no Brasil vem agonizando lentamente. Essa morte do currículo das escolas, a degradação moral da imagem dos professores, e de seu espaço físico por falta de investimentos faz com que a educação que deveria ser emancipatória, como Paulo Freire (1921-1997) idealizou em sua teoria e prática educacional, torna-se uma educação morta, que apenas formar mão de obra para cargos pouco remunerados no mercado de trabalho ou fadados ao desemprego e desesperança.

Essa política que transforma a educação em algo morto no seu ideal de gerar autonomia no indivíduo é intensificada com a ideia das escolas cívico-militares, em um projeto que relembra vários aspectos do fascismo italiano, em que o foco é a obediência sem senso crítico, baseado em um mecanismo parasita de estímulo-resposta do autoritarismo do medo, superficializando os conhecimento uma vez que o decorar é mais importante que o compreender. Nesse sentido, elas tomam o aspecto Necrotizante, uma vez que a educação e o Espírito Humano que deveria desenvolver a personalidade, a autonomia, autoestima nos alunos acaba sendo morta e sufocada em um retrocesso absurdo dos modelos educacionais, tornando-se assim uma escola Necromilitarizada. A pesquisa se justifica com a problemática criada pela instalação de escolas cívico-militares no Paraná durante o governo Bolsonaro, e agora, mesmo com o encerramento desse programa a nível federal, o governo paranaense insistir no projeto de ampliação do número de escolas nesse sistema.

Toda essa discussão foi levada por diversos grupos de defesa de direitos humanos da sociedade civil e em julho de 2023 o decreto 11.611/23 que revoga essa política educacional em nível federal, porém nos estados poderiam ser mantidos os seus programas próprios e incorporar aquelas que eram do programa nacional. No Paraná em que já tramita a ampliação de escolas a serem militarizadas e foi em julho aprovada na Assembleia legislativa o projeto de lei nº 556/2023, que aumenta em mais de 57% a gratificação dos militares que atuam nas escolas enquanto o salário dos professores está defasado (APP SINDICATO, 2023).

O objetivo é a analisar o modelo de escolas cívico militares no estado do Paraná e sua dinâmica de funcionamento, dentro disso demonstrar as semelhanças com o modelo fascista que se opera sob a forma do controle do corpo (biopoder) e uma necropolítica que exclui populações já vulneráveis da emancipação através do conhecimento.

HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO DOS COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES NO PARANÁ

Em 2019, o governo Bolsonaro lançou as bases para a transformação das escolas e colégios do país em "cívico-militares" através do decreto 10.004 de setembro de 2019, que instituiu o **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Em novembro do mesmo ano, a Portaria 2.015, de 20 de novembro de 2019 regulamentou a implantação desse programa em 2020. Foi a partir desse documento que o governo do Paraná iniciou as negociações para transformar colégios estaduais em "cívico-militares". Foi tramitado de forma muito rápida e sob regime de urgência o projeto de lei que originou a Lei 20.338, aprovada em 06 de outubro de 2020, instituindo o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná. De forma entusiástica, o governo estadual iniciou o processo que previu inicialmente a captação de 200 colégios, com uma proposta de investimento em infraestrutura, disciplina dos alunos e uniformes-fardas de graça, e um investimento de 80 milhões de reais.

Realizou-se uma reunião relâmpago em 26 de outubro de 2020, com o anúncio dos 216 colégios selecionados. Foram convocadas todas direções envolvidas, um representante dos pais por escola e pedagogos para o anúncio, explicar que os colégios estariam vinculados à polícia militar e não ao exército como o nome militar remete, e que se iniciaria no dia seguinte, 27 de outubro daquele ano, o processo de consulta (apressada) para a transformação dos colégios em *necromilitarizados*.

Foram três dias de votação nominal e com voto aberto em que os pais foram cooptados já na porta da escola e coagidos com apenas a propaganda do governo. Os Professores, Funcionários e a Direção foram impedidos de se manifestarem de forma contrária e os que tentaram foram intimidados (Luc, 2020). Os colégios que não conseguiram coro suficiente na votação tiveram prorrogação da consulta até que o número mínimo para aprovação da implantação fosse, sendo poucas as escolas que conseguiram resistir e barrar sua militarização (RPC, 2020). Ao final desse processo 199 colégios iniciaram o processo de militarização de sua estrutura. Como o filósofo Etienne de La Boétie (1530-1563) nos diz em seu Discurso da Servidão Voluntária, é o povo que se escraviza, que se decapita, que, podendo escolher entre ser livre e ser escravo, se decide pela falta de liberdade e prefere o jugo, é ele que aceita o seu mal, que o procura por todos os meios (BOÉTIE, 2006, p.8).

Percebe-se nesses critérios uma notável separação de classe social, colocando que comunidades menos favorecidas, pobres e majoritariamente composta de pessoas

periféricas, muitas de etnia indígena ou negra, e de famílias chefiadas muitas vezes por mulheres ou avós, seja colocada como necessitando de cerceamento e controle, e até de uma dose de violência para se ajustarem na sociedade, evidenciando um preconceito e racismo estrutural na seleção das escolas que Mbembe (2017) chama de *nanorracismo*.

A grande questão levantada pelos educadores é que a população não foi informada adequadamente de todos os detalhes da proposta, vários pais acreditavam que o colégio estaria vinculado às Forças Armadas, o que não era verdade, esses colégios teriam vínculo com a Corporação da Polícia Militar do Paraná, principalmente porque a propaganda utilizada fazia referência ao Colégio Militar de Curitiba, que é vinculado ao Exército Brasileiro e possui estrutura e organização muito distinta do proposto, mas sempre com os “valores” que conduziram aos golpes de 1964, 2016 e 2018. Essa confusão fez com que muitos pais tardiamente descobrissem que não teriam mais autonomia para escolha de seus Diretores, pois não é democrático, que não seriam militares mas policiais ou bombeiros, muitos em idade de aposentar, que atuariam como monitores e diretores, enquanto que os professores continuariam os mesmos, já lotados no estabelecimento de ensino.

No final do ano de 2020 foi encaminhada para a ALEP o Projeto de Lei que rege a implantação e funcionamento das escolas cívico-militares do estado, e em 15 de janeiro de 2021 sancionada como lei 20.505/2021. Isso na prática alterou as regras de escolha de colégios para serem *necromilitarizados* no Paraná, ampliando as possibilidades de escolha destas pelos órgãos do Estado e realizando uma promessa de melhoria ao colocar os policiais militares dentro da dinâmica e organização estrutural administrativa e pedagógica.

Quanto ao currículo educacional dessas escolas houve a implantação em 2020 de novas disciplinas como civismo e educação financeira, às custas da redução de carga horária das disciplinas de Filosofia, Artes e Sociologia, redução essa posteriormente foi estendida a todos os colégios do estado do Paraná em 2021. Ainda, houve a reedição da disciplina de Moral e Cívica, existente no tempo da ditadura militar, criada em 1969 como projeto idealizado pelo integralista Plínio Salgado, aparecendo agora com o nome de Cidadania e Civismo.

Foram selecionados 199 colégios que em 2021, e adotaram a política *necromilitar* 117 municípios os quais fazem grande propaganda em relação a padronização dos alunos e o desaparecimento da diversidade vista como problemática. Para a implantação, não houve substituição de docentes e/ou funcionários uma vez que os processos de remoção

já haviam acontecido, as Direções foram **destituídas** de forma ANTIDEMOCÁTICA de seus cargos, tornando-se provisórias até a escolha de novos diretores através de um edital de credenciamento para ser diretor civil, que cuidaria das questões pedagógicas, e o diretor militar responsável pelo patrimônio, finanças, segurança e atividades *militarizadas*, estabelecendo uma dualidade de gestão entre o policial e o docente.

DIREÇÃO DOS COLÉGIOS MILITARIZADOS: A MORTE DO PROCESSO DEMOCRÁTICO

A seleção dos Diretores civis se deu pelo Núcleo Regional de Educação – NRE, por etapas em que os candidatos postaram suas propostas de gestão em vídeos explicativos e documentos de texto. Foi exigido ter exercido pelo menos por 2 anos o cargo de direção ou ter participado do curso de Gestão Escolar ofertado pela própria SEED em 2020.

Para os diretores militares foi aberto, e reaberto, para cadastro de interessados para o cargo, sendo estipulado como critério ter bom comportamento na corporação da Polícia Militar, e para ter a vaga de diretor cívico-militar o posto/graduação entre 3º sargento e coronel. Para a função de monitor, os policiais militares devem ter graduação entre soldado de 1ª Classe e subtenente. Todos esses critérios estão descritos no Edital n.º 001/2020 SESP/SEED.

A seleção dos diretores militares nos colégios, o Edital n.º 001/2020 SESP/SEED prevê provas de aptidão e capacidade física, investigação da sua vida funcional e social, avaliação de vídeo e de plano de gestão, sem nenhuma análise de currículo acadêmico, ou formação na área educacional, pedagogia ou licenciatura.

Foi prevista a seleção pelos NRE, de 806 policiais da reserva, para uma gratificação na remuneração que varia de R\$3 mil reais, para monitor cívico-militar, a R\$ 3,5 mil reais, para a função de diretor cívico-militar, o que é muito superior à remuneração da maioria dos professores da rede estadual e onera mais ainda os cofres públicos. Até o início de março de 2021 ainda não ocupados esses cargos, o funcionamento com as regras militares ficou a cargo dos diretores civis indicados pelos NREs. Supostamente, a situação era por ainda acontecerem seleção e curso de formação dos policiais, que foram empossados nas escolas em julho e agosto. Quanto às reformas físicas prometidas, apenas o apagamento dos registros da cultura local e da identidade de grupo nas paredes, como o grafite e o *Hip hop*. O uniforme seria inspirado nas fardas da PM, nas tonalidades azul e branco, que segundo o manual como um elemento formativo na vida do estudante, uma

expressão da identificação do estudante (PARANÁ, 2022, p.08-12), porém não vieram como farda, mas sim um conjunto moletom, em meados de outubro de 2021, feitos de material de baixa qualidade, produzidos no Paraguai, isso gerou denúncia ao MP feita pelo deputado Soldado Fruet (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, 2021). Já no início de 2022, foram empossados vários “militares” em troca de outros, uma vez que haviam se envolvido em escândalos por causa de ações violentas ou assédio nas escolas, e algumas “reformas” na estrutura física das escolas ocorreram.

Essa dinâmica de escolha dos Diretores dos colégios necromilitarizados contraria o previsto no próprio Manual das escolas “cívico-militares”/Regulamento das escolas “cívico militares”, do MEC, de 2019, que, no seu artigo 6º, inciso V, estabelece que haverá *gestão democrática nas escolas* (como se isso fosse possível num espaço que premia a obediência cega e a total ausência de liberdade criativa e de expressão). Em seu Art. 16 consta a seguinte redação: "A escolha dos Diretores das *ECIMs* seguirá critérios definidos pelas respectivas Secretarias de Educação” (BRASIL-MEC, 2019), ou seja, é a SEED-PR que determinaria as regras obscuras que acabaram por remover os processos de escolha em relação à direção desses colégios.

Pode-se questionar a existência de uma gestão democrática quando seus diretores não foram eleitos por sufrágio, mas sim por uma nebulosa escolha dos Chefes de NREs, e suas equipes, sem um acompanhamento transparente da comunidade. E, ainda, qual o propósito de remover esse exercício da democracia no dia-a-dia escolar e conseqüentemente da formação cidadã dos alunos naturalizando indicações em cargos de direção? Percebemos que um processo ideológico fascista que ameaça as bases democráticas do Estado de Direito começa a se estruturar na educação brasileira nos colégios paranaenses, que nada tem de *cívicos*-militares, mas sim *necromilitares* ao matarem a liberdade e terem regimentos que excluem e suprimem manifestações, pluralidade de pensamentos e diversidade identitária dos alunos, tem caráter misógino e acaba por forçar a exclusão dos grupos de estudantes que não se adaptam a esse modelo ideal de alunos.

COMO É O FUNCIONAMENTO DOS COLÉGIOS (NECRO) MILITARIZADOS NO PARANÁ

Nos colégios selecionados para serem *necromilitares* estarão sob manuais de conduta inspirados nas corporações de carreira militar, que regem o comportamento, a vestimenta, as avaliações, atividades e punições e gratificações dos alunos no ambiente

escolar. Existem três documentos disponibilizados em pdf via *WhatsApp* e emails aos diretores civis dos colégios *necromilitarizados* em 2021 e sem divulgação ampla. Esse material foi repassado aos professores para leitura durante a formação pedagógica de 2021 nos dias 11 e 12 de fevereiro. Esses três documentos consistem em: Normas de Condutas e Atitudes, Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal dos Estudantes, e Manual do Estudante. Em 2022, o Governo do Paraná disponibilizou o Manual dos Colégios Cívico Militares, 2ª edição, na sua página oficial, porém com acesso restrito a alunos e servidores da Rede Estadual de Ensino que possuem e-mail no domínio @escola (PARANÁ, 2022).

Primeiramente, é notória nestes documentos da SEED-PR, a intenção de apagar todo e qualquer traço de individualidade, uma vez que, além da tradicional padronização dos uniformes, o manual aponta para questões que proíbem o uso de acessórios, cores artificiais de cabelo, padronizam penteado e maquiagem. Essas restrições que tem como objetivo impedir a manifestação da personalidade e pensamento do aluno e assumir uma identidade coletiva acrítica, em que o eu é diluído no todo, é muito mais cruel com as meninas adolescentes, mostrando um caráter misógino comum das instituições militares majoritariamente compostas por homens. Segundo MCLAREN (1997, p. 106) nossa cultura pós-moderna se apresenta hiperfragmentada e se comporta como um predador, que controla as mentes sistematizando o corpo através da manipulação de informações, forçando identidades artificiais padronizadas e isoladas de seu contexto social de origem o qual é propositalmente colocado como algo que deve ser extinto.

As meninas têm mais restrições como no uso de esmalte claro nas tonalidades *nude* ou rosa, não sendo permitido unhas postiças de qualquer tipo. A maquiagem deve ser o mais natural possível e discreta, sobrancelhas não devem ser trabalhadas ou com cortes na sua estrutura natural, (PARANÁ, 2022, p.16), cabelos totalmente presos, sem pontas soltas, em coque recoberto por telinha em cor próxima a do cabelo, que não pode ser pintado com cores que não sejam naturais (PARANÁ, 2022, p.14). Apenas nas aulas de educação física é permitido uso de “rabo de cavalo”, não é permitido uso de pulseiras, permitido apenas relógio de pulso, não podem usar brincos médios ou grandes, tiaras, presilhas coloridas, mechas coloridas, tranças, piercings, brinco em segundo furo, alargadores, colares e anéis que não seja aliança de casamento (PARANÁ, 2022, p.15). Para os meninos há restrição no comprimento, cor e corte dos cabelos, uso de alargadores, brincos, piercings e alargadores, pulseiras e colares. Essa é a parte de maior enfrentamento por parte das estudantes que resistem mantendo suas individualidades no

cabelo e maquiagem (PARANÁ, 2022, p.13). Os professores não possuem, segundo o Ofício Circular 001/2021 – DPGE/DGE restrições em seu visual, apenas devem obrigatoriamente usar jaleco, que não foi fornecido pelo governo.

Durante o ano de 2021 e 2022 diversos casos foram denunciados de abusos de autoridade, assédio e violência por parte dos militares realizada por causa de brincos, alargadores, tatuagens ou cortes de cabelos dos alunos do sexo masculino, e de assédio sexual às alunas, que resultaram em reportagens na imprensa e suspensão dos militares envolvidos e processos administrativos que correm em sigilo.

Michael Foucault (1926-1984) em sua obra lança as ideias de biopoder, e biopolítica que seriam baseados no poder do Estado sobre o corpo de seus cidadãos, indo além do antigo poder do soberano sobre a vida e a morte de seus súditos, com o objetivo de “tornar visível o que precisamente é visível” (FOUCAULT, 2006, p. 44), uma vez que esse mecanismo não é oculto, mas naturalizado na sociedade, seja pela força ou pela violência que existe em não seguir seu padrão.

O biopoder sufoca cada um, através de seu corpo e individualidade controlados institucionalmente para a disciplina dócil em pessoas uniformizadas ao extremo, controlando expressões do seu íntimo, suprimindo-as independente de serem elo com o sagrado ou um exercício de externar sua personalidade, de se relacionar com o mundo e o localizar em determinados grupos sociais típicos da adolescência e da construção da autoestima e do seu Eu.

Como resultado dessa violência que não aceita o diferente tivemos recentemente um caso de assassinato cometido por alguns estudantes do colégio necromilitarizado Padre José Canale, em Apucarana no Paraná, em que um aluno de 13 anos, vítima de *bullying* foi espancado até a morte há algumas quadras do portão de saída do colégio. O controle do biopoder em Foucault coloca a questão da violência que controla corpos, e quando este não se submete deve ser exterminado, como um inimigo que é eleito e deve ser combatido. Na obra "*Políticas da Inimizade*" Mbembe, 2017, explora o mecanismo da necropolítica e o extermínio do outro que ocorre silenciosamente e de forma banalizada na sociedade, espalhando o medo a quem não está dentro dos padrões impostos.

As determinações são contraditórias no documento elaborado pelo MEC e que norteia as resoluções estaduais sobre os colégios necromilitarizados. No Manual das escolas Cívico-Militar/Regulamento das escolas *Cívico-Militar*, elaborado pelo Ministério da Educação, no seu artigo 6º, no inciso III diz que haverá respeito às liberdades individuais (BRASIL, 2019) apesar de também apresentar o apagamento da

personalidade e diversidade entre os estudantes. O manual no Paraná é inspirado, copiado em grande parte, deste manual do MEC sobre as Escolas Cívico-militares do Distrito Federal de 2019.

Quando observamos a obra de Foucault, a polícia figura como um aparelho disciplinador da biopolítica na sociedade em relação a sua conduta e moral. Quando incorporado ao ambiente escolar ele se torna bem visível e por vezes invasivo ao interferir em como o indivíduo se manifesta para o mundo ao seu redor. "As pessoas inseridas em um meio não são sujeitos de direito ou organismos individuais, mas uma população. Dela se encarrega o biopoder" (FURTADO, 2016, p.38).

Os alunos seriam classificados por suas notas e comportamento, sendo por estas punidos ou premiados. A classificação seria pela nota, de acordo com o seguinte critério, nota 10 seria considerado um aluno excepcional, nota 9 a 9.9 um aluno ótimo, nota de 6 a 8.9 muito bom, de 5 a 5.9 (PARANÁ, 2020). Essa tabela não foi aplicada nos colégios *necromilitarizados* na prática em 2021, sendo a nota 60 a média, mas aparece como pontuação paralela de recompensa na 2ª edição do manual, (PARANÁ, 2022, p.24-25).

O estudante que, dentro de um respectivo trimestre, atingir nota 10,0 (dez) de comportamento, receberá 1,0 (um) ponto extra (não cumulativo) em cada disciplina a título de Nota de Participação Positiva, que foi realizada em 2021 e 2022 ao final de cada trimestre. As faltas comportamentais recebem valores numéricos, mas não são descontados na nota do aluno, sendo uma pontuação interna com faltas leves possuindo o valor de 0,2 pontos, graves 1 ponto, e gravíssima 2 pontos (PARANÁ, 2022, p.23).

As penalidades podem ser repreensões que vão de advertência verbal à suspensão, sendo estes alunos expostos aos outros do colégio ao terem as sentenças divulgadas. Os pais que não ficarem satisfeitos podem abrir recurso para a revisão da punição via NRE (PARANÁ, 2022, p.26). As medidas disciplinares a que estão sujeitos os estudantes são as seguintes, em ordem crescente de atenção são as seguintes: Advertência, Repreensão, Atividade de Orientação Educacional e Suspensão. O estímulo a competirem entre si com um monitor militar observando e pontuando sob promessa de premiações, que podem ser um elogio, perante a turma, em aula ou em formatura, no histórico do estudante, recebimento de méritos ou medalhas (BRASIL, 2019), pode ser usado para controle e obtenção de informações para cercear professores e de alunos que queiram resistir às injustiças ou coerções do sistema.

Apesar de ter se divulgado entre os docentes e para a população pela imprensa que haveria também a punição de expulsão aos alunos que obtiveram pontuações

negativas, essa informação não foi encontrada em nenhum documento oficial disponível nas plataformas oficiais ou nos manuais distribuídos aos professores em 2021, nem em 2022 na página oficial do Governo do Paraná. Neste último documento aparecem entre as punições a mudança de turma e turno dos alunos indisciplinados (PARANÁ, 2022, p.28).

Todos os dias nos primeiros minutos de aula, os alunos se organizam em filas de suas turmas no pátio onde realizam a cerimônia chamada de formatura, que consiste no hasteamento das bandeiras do Brasil, do Paraná e da cidade, na execução dos hinos respectivos e com posterior informes da direção e equipe pedagógica. Nessa formatura são realizadas as premiações de alunos com elogios ou medalhas (PARANÁ, 2022, p.21). O objetivo é enaltecer e reforçar os princípios e valores patrióticos nos alunos (PARANÁ, 2019).

O FANTASMA DO FASCISMO: MAIS PRESENTE A CADA DIA

Benito Mussolini (1883-1945) criou o Fascismo na Itália, que vem do latim *fascio* que significa feixe e já havia sido usado por grupos no século XIX com interesses locais, como na Sicília em que camponeses liderados por socialistas reivindicaram contratos agrários mais dignos (KONDER, p.63). A visão de união era o significado que estava presente no *fascio*, enaltecendo a luta camponesa contra a opressão. Em vários lugares da Itália o *Fasci* tomou sentido de patriótico, e em 1919 Mussolini cria o *fascio di combattimento* que se espalha por toda a Itália, com sentimentos xenófobos, patrióticos e violentos, carregados de grande carga de autoritarismo (KONDER, p.66).

Quando assumiu o cargo de Primeiro-Ministro, uma de suas primeiras providências de Mussolini foi usar esse sentimento do *Fasci* e do anti-academicismo para eliminar os intelectuais que pudessem alertar a população desse equívoco, intimidar professores e destruir obras que fomentam uma reflexão indesejável para o movimento. A ideia era a homogeneidade em um feixe forte e unido, padronizado e obediente: o exército voluntário de Mussolini, com suas camisas negras instaurou o horror aos que questionavam, a ideologia fascista não tinha espaço para pluralidade de ideias, diálogo, ou diversidade, essas eram reprimidas e exterminadas

Mussolini implantou em 1926 nas escolas o que chamou de *Opera Nazionale Balilla*, nos moldes dos *Boys Scouts*, e tinha como objetivo educar os meninos nos ideais morais, psicológicos e físicos do fascismo. Em 1929, essas instituições começaram a aceitar meninas para educá-las conforme a moral e ideal de boa esposa e mãe (no Brasil

pós-golpe de 2016 este lema tomaria como roupagem a frase “bela, recata e do lar”). A matrícula tornou-se automática e a fiscalização intensa. Todas as crianças deveriam frequentar as escolas e a punição aos pais que não enviassem as crianças para as aulas era a acusação de serem antifascistas, hostilizados e perseguidos como traidores.

A militarização das escolas e a sua universalização, estabeleceu o autoritarismo enquanto regra no ambiente escolar e implantou disciplinas e atividades que enaltecem a nação e o espírito de coletividade patriota. O individualismo era combatido e a personalidade dos alunos era moldada de forma que todos pensassem na mesma direção, na imagem denominada de *Novo Homem*, a competição de quem mais se aproximava do ideal apregoado era estimulado (ROSA, 2009, p. 622). Esse processo também contou com a persuasão e convencimento das escolas confessionais e particulares controladas por freiras e padres católicos para que fechassem as portas e seus alunos fossem transferidos para as instituições do governo, o que aconteceu por ordem do Vaticano em 1928.

Esses eventos da Itália de Mussolini muito lembram algumas medidas do Brasil atual, o projeto de um Novo Ensino Médio profissionalizante, e a militarização de escolas tem muita sintonia com os ideais fascistas. A inserção de atividades tipicamente militares e de seus códigos de conduta foram os alicerces das ideias do fascismo. Vemos essa ideia sendo reeditada nas escolas e colégios *necromilitarizados* no Brasil, em que a população civil se vê sob regras das quais não fazem parte da vida civil. A expansão desse modelo de escola já foi apregoado em vários discursos presidenciais e do governo paranaense, também divulgados com entusiasmo.

Em paralelo, há a euforia de pais que acreditam na solução mágica para todos os problemas de indisciplina e rebeldia de seus filhos, que vêem o autoritarismo como resposta, e o ensino que não permite críticas, debates acalorados, diversidade de ideias como algo que protegerá os seus filhos de uma suposta "doutrinação ideológica comunista", ou da temida "ideologia de gênero", que de forma criminosa são espalhados por integrantes do próprio Governo Federal para desmoralizar o trabalho docente.

A padronização dos alunos, como parte de um organismo maior, é preconizada pelos manuais de conduta dos colégios que estão sendo militarizados. Sendo sufocada diante de regras e discursos, tal qual no fascismo, sendo um perigo muito grande para o Estado Democrático e de Direito, normalizando um colégio sem direção eleita pela comunidade escolar, e que as regras rígidas estimulam a competição entre os estudantes e a padronização do pensamento dentro de uma única ideologia, estimulando a intolerância quanto ao pensamento diverso, uma vez que o diálogo aberto é combatido.

O RETORNO ÀS ANTIGAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS DO INÍCIO DO SÉCULO XX: O BEHAVIORISMO

Devido a pandemia do SARS-COVID-19, em 2020, o Governo do Paraná adotou um sistema online de ensino através das plataformas como o *Google Classroom*, *Google Meet* e *Google Forms*, e a distribuição de material impresso para os estudantes sem acesso à internet. Todos os alunos deveriam assistir paralelo às aulas de seus professores via *Google Meet*, aulas gravadas pela SEED-PR e exibidas em rede de tv aberta, em canal do *Youtube*, e em aplicativo próprio, para celular, chamado Aula Paraná. Nesse cenário foi implantado o projeto de militarização dos colégios estaduais.

Os pontos principais da aprendizagem elaborada aqui, estão em sintonia com a tríade Estímulo-Reforço-Contingência, sendo assim se faz um reforço positivo por meio de uma instrução programada por aulas teóricas repetitivas. Isso, somado ao modelo de ensino implantado pela SEED-PR e as metas de aprovação fazem com que:

o ambiente da escola bem como o trabalho da gestão [seja] tomado pela questão de alcance de metas, competências, objetivos, premiações, e uma extrema obsessão por competição pondo alunos em Ranking de colocações, algo que só vem a fragilizar o desempenho dos estudantes, mexendo com seu psicológico e influenciando em sua posição social, onde os mais inteligentes são expressos por terem melhores notas, e ou posições numeradas em listas de classificação (...) os demais se não tiverem desempenhos semelhantes são inseridos na lógica de punição já pensada por Skinner, onde são castigados e tidos como incapazes, e em muitas vezes expostos ao ridículo (BRAGA, 2014, p.4).

O discurso é que o tempo de cada aluno é respeitado, pois mesmo excedido o tempo de entrega das atividades, os professores deveriam aceitar os trabalhos, à qualquer tempo, e reconsiderar para efeitos avaliativos e de nota, além de reoportunizar recuperações já realizadas a fim de aumentar a nota dos alunos, avaliando no final dos trimestres muito mais que 200 pontos para obter os 60 da média.

Os trabalhos do início do ano não realizados tiveram que ser aceitos no final do ano e notas alteradas, e a cobrança contínua para a busca ativa e entrega destes trabalhos sufocou equipes pedagógicas. A meta sobre o índice de aprovação e para não evasão dos alunos se tornou uma pressão diária sobre os professores que entraram em um processo de revisão contínua de notas no sistema de Registro de classe On-line – LRCO.

Em 2021, a cobrança sobre os professores aumentou com a efetivação da implantação de um sistema de presença, estabelecido pela Resolução 1111/2021 - GR/SEED, sendo realizada por uma inteligência artificial que substituiu o Relatório

Mensal de Frequência – RMF, feito manualmente pela direção das escolas para comprovação do trabalho (APP Sindicato, 2021). Essa inteligência artificial mede o trabalho dos professores pelos minutos de *Meet* dentro da grade horária do professor no colégio, número de alunos participantes e geração de links pelo *Google Meet* exclusivamente pelo e-mail institucional do @escola do docente, criado pelo Governo do Paraná em 2017. Desta forma, a pressão foi enorme por causa dos 40 minutos contados pelo sistema, em caso de problemas com sua internet particular ou falhas no sistema ao detectar a geração de links novos pelo professor.

Uma das operações centrais do pensamento neoliberal, em particular, no campo educacional, consiste em transformar questões políticas e sociais em questões técnicas. Os problemas sociais e educacionais não são tratados como questões políticas, como resultado e objeto de lutas em torno da distribuição desigual de recursos materiais e de poder, mas como questões técnicas, de eficácia/ineficácia na gerência e administração de recursos humanos e materiais (LAURETH *ET al*, 2023, p. 800).

Toda essa situação gerou um estresse em relação à atividade docente, que fez com que muitos prematuramente voltassem às aulas presenciais. Além disso, os pais foram estimulados por falas de governantes e parlamentares a fazerem denúncias caso os professores não usem as “tecnologias ativas” ou tenham durante a aula interrupções de qualquer natureza, desumanizando os professores. Os pedagogos e direções também foram coagidos a acompanharem as transmissões *Meet* para verificarem o conteúdo que o professor está trabalhando e a forma de apresentação deste, e entregar planilhas com essas informações ao NRE semanalmente segundo a INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 004/2021 – DEDUC/SEED, nos parágrafos 23 e 24. Essa vigilância constante continua no formato presencial com planilhas que a equipe diretiva precisa preencher para os NREs, o assédio e ameaça velada do governo através dos tutores do NRE que fiscalizam as escolas.

Devemos aqui salientar que não houve no retorno presencial um ensino híbrido verdadeiro, somente um improviso com ensino remoto com o trabalho docente essencialmente presencial, existindo muita dificuldade de conciliar ao mesmo tempo aluno presencial e síncrono. Todo um cenário completo que temos na sala de aula transferido na pandemia para o *Meet*, *Zoom* ou *Teams* continuou até o final de 2021. A capacidade de abstração e assimilação do estudante e de ação-reflexão, planejamento do docente não são passíveis de esquematização objetiva dessa maneira (FORTES *et al* 2022, p. 46). Basta ver o cansaço que causam as reuniões virtuais que empurraram muitos

dos docentes em 2022 a abandonarem totalmente as plataformas digitais para voltar a forma pré-pandemia de trabalho.

Outro ponto sensível é a chamada priorização do conteúdo, estabelecido pelo Parecer CNE/CP nº11/2020, que já começou oficialmente na educação básica pública paranaense no início de 2019 no Ensino Fundamental e em 2021 no Ensino Médio, sob nome de Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) já inserido e engessando o LRCO dos docentes em 2022. A reconfiguração do currículo de ensino médio aliada a necessidade de ensino remoto por conta da pandemia, tornou muito viável a exclusão ainda maior de conhecimento científico para esses estudantes, que passaram a ter “noções” de conteúdos, com a redução da carga horária de filosofia, sociologia e artes no Paraná. A adoção desse *modus operandis* teve, sob a máscara de boas intenções, o intuito de precarizar as condições de apropriação de conhecimento e do trabalho docente aliado a pressão de busca ativa e aceite de trabalhos muito antigos não realizados, pode desvelar-se como um envenenamento das possibilidades dos jovens, encurtando os horizontes de toda uma geração. Em 2022, o posicionamento da SEED-PR com os cursos de “Formadores em ação”, (INSTRUÇÃO NORMATIVA 04/2021 – DEDUC/SEED, parágrafo 21), é de incutir a gamificação da atividade docente com a facilitação de obtenção de notas diante da drástica redução de conteúdos, tempo e não preocupação com o real aprendizado dos alunos. O discurso de acolhimento, com lanches e recreação, e de uma educação prazerosa e divertida através de joguinhos, ligada a pressão de presença dos alunos na escola. Se os alunos faltam é que a aula não é cativante.

Esse modelo encontra muito amparo na teoria educacional, elaborada nas décadas de 1930 e 1940, por Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), psicólogo e inventor americano behaviorista, professor da Universidade de Harvard, postulou as ideias do Behaviorismo Radical. O termo behaviorismo vem do inglês *behavior* (comportamento) e ilustra, como objeto, o comportamento entendido como uma relação entre o indivíduo e seu ambiente físico, químico ou social. Skinner considerava a vida um produto de reforços passados e baseava-se em sua própria experiência, uma vida predeterminada, organizada e ordeira, para justificar suas ideias e conclusões.

Na teoria de Skinner existem dois pontos principais, o estímulo (*input*) e resposta (*output*), sendo que estas possuem variáveis que promovem o aprendizado. As variáveis de *input* são o estímulo, reforço e contingências de reforço, enquanto as de *output* são as respostas dadas pelo aprendiz, que podem ser operantes e respondentes. No pensamento

de Skinner os alunos devem ter estímulos positivos de recompensa para fixarem os seus acertos, tal qual realizado com petiscos em treinos de cães.

O ser humano para ele tem um comportamento de busca recompensas, os estímulos positivos devem ser reforçados, isso não significa que punições deixem de existir, mas elas não são desejáveis, e com um condicionamento de aversão o estudante aprenderia a não fazer o que gera consequências desagradáveis, o que chama-se de Comportamento Operante. Conforme salienta Diamantino, “a punição pode gerar três efeitos distintos, dependendo da sua forma e intensidade. Assim, os estímulos aversivos empregados na punição podem se limitar a uma situação imediata e não necessariamente modificará o comportamento futuramente” (DIAMANTINO, 2007, p.119).

Nos colégios *necromilitarizados*, o regimento traz mecanismos de reforço positivo através de premiações aos estudantes em seus regimentos internos, seja em elogios ou até no recebimento de medalhas e certificados ao mérito. Esse reforço positivo é colocado de maneira a desenvolver uma competição entre os alunos enquanto que as punições são condicionantes do comportamento, e não no diálogo ou no desenvolvimento de valores como a tolerância e a amizade. Conforme Mariani observa, “o autoritarismo justificado na premissa da manutenção da disciplina é outro fator comum, observado na prática pedagógica, solidificando assim uma relação professor/aluno vertical e antidialógica” (MARIANI, 2009, p. 2415).

Skinner idealizou a máquina para apreender, a qual sonhava ser usada em todas as escolas, em que os alunos tinham imediatamente o resultado de suas respostas se acertaram ou não. O aparelho idealizado por ele consistia numa caixa com uma abertura na sua parte superior onde se podia visualizar perguntas ou problemas matemáticos, que estavam impressos em uma tira de papel. Ao final da resposta o aluno deveria girar um botão que apenas se moveria se a resposta estivesse correta, no caso das respostas erradas ele deveria persistir na mesma questão até que conseguir solucioná-la, com base da tentativa e erro, o que ele denominava condicionamento operante.

A máquina de Skinner é hoje real sob forma virtual no *Google Forms*, *Redação Paraná*, e aplicativos como *Matific*, seguem a lógica do Condicionamento Operante, em que logo que o aluno termina de responder e após enviar o formulário pode acessar um Feedback de seu desempenho, podendo verificar seus acertos e erros, pode ser considerada uma versão atual da máquina de ensinar de Skinner. Este mecanismo limita o trabalho do professor em um simples observador e controlador de questionários a fim

de mensurar a atividade do aluno em notas. A escola torna-se uma agência de controle do conhecimento, comportamentos, reforçando práticas (MIZUKAMI, 1986, p. 29).

Esses mecanismos tem sido chamados de “metodologias ativas”, e são jogos on-line como o aplicativo *Kahoot* que também baseia-se em respostas fechadas para os estudantes treinarem, e ferramentas como *Jamboard*, *Mindmeister*, e *Padlet*, que nada mais são que engodos para usar uma tecnologia para substituir o quadro negro das salas de aula e saber a opinião dos estudantes, não avançando em nada para desenvolver a criticidade dos alunos ou um aprendizado crítico e consciente, apenas em uma ilusão de inovação continuam a perpetuar o mesmo ensino tradicional. Em 2023 toda a rede de Ensino do Estado do Paraná começou a utilizar jogos de *quizzes* que do conteúdo lançado no LRCO é automaticamente postado no Classroom para os alunos, com obrigatoriedade de atribuição de notas.

Nas instituições educacionais necromilitares a repetição sistemática de exercícios é reforçada, sejam eles físicos como intelectuais, aos moldes do Condicionamento Operante de Skinner, é utilizado há muito tempo, e no período da Ditadura Militar brasileira a tortura, as punições e o terror psicológico era usado como estímulo para condicionar as pessoas a não questionarem o sistema, não argumentarem dando luz a ideias que divergiam das leis antidemocráticas que existiam.

O sistema educacional conteudista, bancário, prezava nas avaliações verificar a memória dos alunos e não se preocupavam com o entendimento, com a crítica ou a discussão dos assuntos trabalhados. “Em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem (FREIRE, 1987, p. 33). A educação não emancipadora não traz transformação e nem a construção de saberes, em que os alunos são condicionados, treinados, a responder dentro de espectro aceitável, sem se preocupar com o verdadeiro aprendizado no qual se entende e compreende os conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação do modelo de escolas *necromilitarizados* no Paraná inspira atenção e preocupação, posto que seu modelo está baseado em controle do corpo e mente de seus alunos, exclusão do diferente e princípios misóginos de comportamento, não estão preocupados em criar condições emancipadoras e libertadoras de educação, mas um adestramento baseado em condicionamentos behavioristas de estímulo-resposta, premiação e punição.

A velocidade com que estas escolas necromilitares foram instaladas no Paraná se deveu, principalmente, pelo movimento do OCUPA ESCOLAS em 2016, que representou a resistência aos retrocessos ao Ensino Médio que avançaram pelo documento ultra-liberal “Uma Ponte para o Futuro”, do governo Michel Temer. Este movimento OCUPA ESCOLAS teve início no Paraná e se espalhou rapidamente por todo o país, com alunos administrando por alguns dias e semanas escolas ocupadas e promovendo debates e aulas, especialmente sobre a iminência da perda de conteúdos disciplinares como Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física.

Os professores foram coagidos a não apoiar o movimento, e de forma velada auxiliaram os alunos em atividades com suporte com material de limpeza, alimentos e auxiliando com contatos com assessorias jurídicas para se protegerem das investidas feitas pelos servidores do NREs ou militantes do MBL (Movimento Brasil Livre), que coagiram alunos tentando os expulsar do espaço escolar. Essa revolta foi reprimida e o desmonte da educação e do país se consolidou no golpe midiático-empresarial-militar de 2018, os professores foram perseguidos por terem ajudado o movimento estudantil, e alguns sofreram inquérito disciplinar que foi arquivado posteriormente. Atualmente muitos alunos e professores fazem resistência dentro do ambiente *necromilitar* pois as escolas faziam parte da sua comunidade e foram-lhes cooptadas, e há esperança de que seja-lhes restituída a democracia e a dignidade. Mesmo com a revogação do decreto que instituiu escolas civico-militares pelo Governo Federal em julho pelo decreto 11.611/23, os Estados ainda podem manter o modelo.

O modelo ora implantado (com questionamentos junto à Suprema Corte do país, STF protocolados em abril de 2021 pelos partidos políticos PT, PSOL e PCdoB), com semelhanças com o projeto de Mussolini na Itália fascista, trazendo preocupações sobre o futuro dos jovens. Será que o autoritarismo, a rigidez de regras e um ensino que mensura a memorização do conteúdo, a submissão absoluta aos ditames de um *necro-civismo*, e não à sua discussão crítica, trará uma sociedade melhor?

É o perigo de mecanismos coercitivos na escola, controle do corpo e supressão do conhecimento e da emancipação do ser humano. Regimentos misóginos e homofóbicos que atuam de forma nefasta sobre a consciência em formação dos jovens. Os resultados da pesquisa apontam características internas do funcionamento dessas escolas que vão na contramão da nossa constituição cidadã, em que as identidades locais são valorizadas, se estabelece igualdade de gênero com a proteção à mulher e suas características próprias, e

que preza pelo exercício da democracia. Há uma ideologia fascista sendo instalada silenciosamente nas escolas que este sistema foi implantado.

Esse questionamento, cuja resposta é presumível, que surge diante do desmonte do sistema educacional e da falsa promessa de que a *necromilitarização* das escolas resolveria problemas sociais que são reflexo da desigualdade social histórica do Brasil, quando na verdade precisamos apenas de uma educação de qualidade com valorização da vida e de uma cultura da paz. Recomenda-se novas análises sobre a temática visto que há projetos de manutenção e ampliação desse modelo escolar no Paraná, significando uma ameaça ao processo democrático no ambiente escolar e para a formação da consciência coletiva dos jovens paranaenses.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA, UNICEF, PNUD, INEP, SEB/MEC (COORDENADORES). **Indicadores da Qualidade na Educação**. São Paulo: [s.n.], v. 4o edição ampliada, 2013.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. **Paraná terá 215 colégios cívico-militares, maior programa do Brasil**. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=109364&tit=Parana-tera-215-colegios-civico-militares-maior-programa-do-Brasil> Acesso em 15 fev 2021

APP SINDICATO, Orientações sobre o trabalho das escolas a partir de 15/03, 13/03/2021, Curitiba, 2021, disponível em: <https://appsindicato.org.br/orientacoes-sobre-o-trabalho-das-escolas-a-partir-de-15-03/>

APP SINDICATO, Decreto revoga programa nacional das escolas cívico-militares e Ministério Público reconhece irregularidades no PR, Curitiba 2023, disponível em: <https://appsindicato.org.br/decreto-revoga-programa-nacional-das-escolas-civico-militares-e-ministerio-publico-reconhece-irregularidades-no-pr/>

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ. **Denúncia do deputado Soldado Freut sobre uniformes ganha destaque nacional**. sessão Comunicação, 09/11/2021-16h01, disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/denuncia-do-deputado-soldado-fruet-sobre-uniformes-ganha-destaque-nacional>

BRAGA, Antonio Wescla Vasconcelos; *etal*. **A teoria behaviorista de Skinner**: análise acerca de suas implicações na educação do Ceará. Anais do Congresso Nacional de Educação-CONEDU- 2014. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2014/Modalidade_1datahora_15_08_2014_22_44_20_idinscrito_33384_04f8bcfa24041dea2cb24b55e664ef4d.pdf

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília: 1988.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Normas Reguladoras do Regime Disciplinar. Anexo E ao Regimento Interno dos Colégios Militares - RI/CM**. Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), 2011. Disponível em: <depa.eb.mil.br/legislacao>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Manual das Escolas Cívico-Militares. Brasília: MEC Disponível em: http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/ECIM_Final.pdf , 2019. Acesso em 18 de fev 2021

BRASIL, PARECER CNE/CP Nº: 11/2020: **Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia**. MEC, Conselho Nacional de Educação 2020. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2020-pdf/148391-pcp011-20/file>

BRASIL, decreto nº 11.611/23 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11611.htm

BOÉTIE, Etienne de La. **Discurso da Servidão Voluntária**, Le Livros, 2016. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-discurso-da-servidao-voluntaria-etienne-de-la-boetie-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/>

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Regulamento Disciplinar do Colégio Militar Dom Pedro II - (RD/CMDP II)**. 1o. ed. Brasília: Comando do Centro de Assistência ao Ensino do CBMDF, v. único, 2018.

DIAMANTINO, Dora. Teixeira. **A punição e os seus subprodutos: uma análise comportamental da tortura**. In: Associação Brasileira de Ensino de Psicologia. (Org.). Coletânea de trabalhos vencedores do Prêmio Silvia Lane ABEP 1ª Edição - 2007 2ª Edição - 2008. Brasília: Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, 2009, v. 1, p. 112-145. Disponível em: <http://abepsi.org.br/premiosilvialane/pdf/PREMIOSILVIALANE2007-2008.pdf>

EXÉRCITO BRASILEIRO, DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIO E ASSISTENCIAL. **Guia do aluno do Colégio Militar de Fortaleza** 2018. Disponível em: http://www.cmf.eb.mil.br/images/CORPO_DE_ALUNO/Guia_do_Aluno_no_2019.pdf
>Acesso em: 25 jan 2021.

FORTES, R. A. ; BELONI, B. M.; CAMILO, M. ***The challenging context of foreign language teaching in the face of the SARS-COVID19 pandemic*: necessary reflections**. Language teaching in the remote perspective [livro eletrônico] : teacher mediations using digital educational technologies / organized by Alessandra Dutra , Givan José Ferreira dos Santos , Raul Greco Junior. Maringá, PR : Vox Littera, 2021. Disponível em: <https://voxlittera.com.br/wp-content/uploads/2022/02/Language-teaching-in-the-remote-perspective.pdf>

FOUCAULT, Michael. **Filosofia analítica da política**. In: Ditos e escritos V. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran D. Barbosa. São Paulo, Forense Universitária, 2006. pp. 37-55.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOLDHAGEN, D. J. **Os carrascos voluntários de Hitler**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. **O Fascismo em Camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**, FGV Editora, Rio de Janeiro, 2020

KONDER, Leandro. Introdução ao Fascismo. Editora Expressão Popular, 2ª edição, São Paulo, 2009

LAURETH, C. B.; LOPES, D. C. T.; MENEZES, M. C. B.; SANGLARD, R. C. S. Público ou Privado? O Sistema de Voucher e suas implicações na Educação Brasileira. Educere - Revista da Educação da UNIPAR, Umuarama, v.23, n.2, p.793-809, 2023.

LUC, MAUREN. **Governo vai na casa pegar voto para militarização**, Curitiba, Jornal Plural, 13/11/2020- 15h07, Disponível em <https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/governo-vai-na-casa-de-alunos-pegar-voto-para-militarizacao/>

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. Instituto Paulo Freire - Coleção Perspectiva, Vol. 3. Editora Cortez, São Paulo, 1997

MARIANI, Fábio; CARVALHO, Ademar de Lima. **A formação de professores de na perspectiva da educação emancipadora de Paulo Freire**. Anais do IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE - III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, PUCPR, Curitiba, 2009.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica** – biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n° 1 edições, 2018.

MBEMBE, Achile. **Políticas da Inimizade**. Antígona Editores Refractários, Lisboa-Portugal: Edição n° 1, 2017.

MICHELETTO, Nilza. **Bases Filosóficas do Behaviorismo Radical**. In Banaco, R. A. (org.). Sobre Comportamento e Cognição: Aspectos Teóricos, Metodológicos e de Formação em Análise do Comportamento e Terapia Cognitivista. Santo André, SP: ESETec, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339572095_Bases_filosoficas_do_behaviorismo_radical

MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. **Ensino: As abordagens do processo**. São Paulo: E.P.U. 1986.

MORAES, Wallace de. **AS ORIGENS DO NECRO-RACISTA-ESTADO NO BRASIL – CRÍTICA DESDE UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL & LIBERTÁRIA**. Revista Estudos Libertários – REL (UFRJ) Vol. 2 n° 6. 2° Sem/2020

MOREIRA, Marco Antonio. **Teorias de Aprendizagem**. 1° ed. São Paulo, E.P.U., 1999

PARANÁ, **Normas de Conduta e Atitudes**, SEED- Secretaria da Educação e do Esporte, Curitiba, 2021. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1uYeehy1P8zUNs35vbtW0jHNhgN0rro12/view>

PARANÁ, Secretaria da Educação e do Esporte. **Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal dos Estudantes**, SEED- Secretaria da Educação e do Esporte, Curitiba, 2020. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1uq--ZVS8igrcKhNNu-rZ_Q1u5yDD_POx/view

PARANÁ, Secretaria da Educação e do Esporte. **Manual dos Estudantes**. Curitiba, 2021. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1ngxzlDabqRtiqgDhpeVFVo4RtBih-VE/view>

PARANÁ, Secretaria da Educação e do Esporte. **Manual dos Estudantes**. Curitiba, 2022. 2ª edição, Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/10LpDL1dAt9YI-78BHIokp5N1feQTgScj/view?usp=drivesdk>

(apenas acessível com login do domínio @escola).

PARANÁ, Secretaria da Educação e do Esporte. , **COLÉGIOS CÍVICO MILITARES**, Curitiba, 2022, Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/colegios_civico_militares

PARANÁ, Secretaria da Educação e do Esporte. **Resolução 1111/2021** - GR/SEED, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://doceru.com/doc/s8x1cn8>

PARANÁ, Secretaria da Educação e do Esporte. **Instrução Normativa n.º 004/2021-DEduc/SEED**, Curitiba, 2021, disponível em http://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-02/instrucao_042021_normativahoraatividade2021.pdf

PELLIZZARO, Nilmar. **Michel Foucault**: um estudo do biopoder a partir do conceito de governo. PERI - Revista de Filosofia, v.05, n.01, 2013, p.155-168 Disponível em: <http://www.nexos.ufsc.br/index.php/peri/article/view/888>

ROSA, Cristina Souza da. **Pequenos soldados do Fascismo**: a educação militar durante o governo de Mussolini. Antíteses, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 621-648 <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>

RPC. **Mais de 75% das escolas aprovam modelo cívico militar no Paraná; consulta pública continua**. G1 Paraná, Curitiba. 30/10/2020 21h19, sessão EDUCAÇÃO, 2020, disponível em <https://g1.globo.com/google/amp/pr/parana/educacao/noticia/2020/10/30/mais-de-75percent-das-escolas-aprovam-modelo-civico-militar-no-parana-consulta-publica-continua.ghtml>

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE DO PARANÁ . Colégios Cívico-Militares. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/colegios_civico_militares